

JUCESP
21 02 25



JUCESP PROTOCOLO
0.515.874/25-5

4937



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA
AQUILA SECURITIZADORA S/A.**

DATA E LOCAL: Aos 04 dias do mês de Dezembro de 2024, às 19:00 horas, na Rua Júlio Mesquita, nº 526, Sala 35, Centro, na cidade de Araras - SP, CEP - 13.600-060. **PRESENÇA:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta Assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **ACIONISTAS FUNDADORES:** **PIETRO CABRINI**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Araras - SP, nascido em 26/01/2000, residente e domiciliado na Rua Rubens Bueno, nº 30 - Jardim Residencial Lago Azul, na cidade de Araras - SP, CEP - 13.603-097, inscrito no CPF nº 468.241.408-99 e portador do RG nº 57.300.552-7 e **DANILO BOVO**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Araras - SP, nascido em 23/11/2001, residente e domiciliado na Rua Pedro Furlan, 136, Bairro jardim Residencial Lago Azul, na cidade de Araras - SP, CEP - 13.603-093, inscrito no CPF nº 415.835.998-86. e portador da CIRG nº 52.407.911-0- SSP/SP, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes o Sr. **PIETRO CABRINI**, que convidou a mim, **DANILO BOVO**, para secretariar a Assembleia, o que aceitei. **ORDEM DO DIA:** 01- Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do Estatuto; 02- Subscrição e forma de integralização das ações; 03- Eleição da sua diretoria e respectiva remuneração; 04- Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto do **Estatuto Social**, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta Ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **DELIBERAÇÃO:** Após a leitura do **Estatuto** que foi aprovado por unanimidade, foi declarada definitivamente constituída a **AQUILA SECURITIZADORA S/A**, com sede na Rua Júlio Mesquita, nº 526, sala 35, Centro, na cidade de Araras - SP, CEP - 13.600-060, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. 1-) **SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES:** O capital será de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo. Restou estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: O acionista **PIETRO CABRINI** já qualificado, subscreve 15.000 (quinze mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo integralizado R\$ 1.500,00 (Hum mil quinhentos reais) no ato da assinatura deste documento e o restante do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) até o mês de Junho/2025. O acionista **DANILO BOVO** já qualificado, subscreve 15.000 (quinze mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo integralizado R\$ 1.500,00 (Hum mil quinhentos reais) no ato da assinatura deste documento e o restante do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) até o mês de Junho/2025. 02 - **ELEIÇÃO DA**

JUCESP
21 02 25

DIRETORIA E REMUNERAÇÃO: Por unanimidade foram eleitos, para o período de 03 (três) anos, para compor a primeira diretoria da companhia: o acionista Sr. **PIETRO CABRINI**, como Diretor Presidente, o acionista Sr. **DANILO BOVO**, como Diretor Financeiro, os quais aceitaram os cargos, tendo sido destinado para a remuneração global anual da Diretoria a importância de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a ser distribuído entre eles em reunião da diretoria. **03 - CONSELHO FISCAL:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, ainda não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o Estatuto, assim o permitem. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DA DIRETORIA:** Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Assembleia Geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinadas e rubricadas as 04 (quatro) vias. Araras - SP, 04 de Dezembro de 2024. Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **ESTATUTO SOCIAL Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º.** Sob a denominação de **AQUILA SECURITIZADORA S/A** fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, que girará sob o nome de fantasia "**AQUILA SECURITIZADORA S/A**" e se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. **Art. 2º.** A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico o endereço: na Rua Júlio Mesquita, nº **526**, Sala 35, na cidade de Araras - SP, CEP - 13.600-060. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social: a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização, conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de títulos e valores mobiliários, os quais serão oferecidos e vendidos a investidores em âmbito particular e privado. **Art. 4º.** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, Ações e das Debêntures: Art. 5º.** O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, indivisíveis em relação à sociedade. **§ 1º.** A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **§ 2º.** As ações, os títulos múltiplos, ou, as cautelas serão controladas no livro próprio de ações nominativas e quando emitidas, serão assinadas por 2 (dois) diretores ou, por um diretor e um procurador especialmente constituído para esse fim, na forma da lei e deste Estatuto. **§ 3º.** A companhia poderá, também, emitir debêntures conversíveis, ou não, em ações e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado, os quais também

JUCESP
21 02 25

serão controladas no livro próprio, e quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) diretores, observando o disposto no Capítulo V da Lei nº 6.404/76. § 4º. A companhia a qualquer tempo poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais. Art. 6º. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. Art. 7º. A transferência de ações ordinárias, a qualquer título, gratuita ou onerosamente, a acionista ou a terceiros, obedecerá às normas previstas neste artigo como segue: a) aos acionistas é assegurada a preferência na aquisição de ações, na proporção do capital de cada um; b) o acionista que pretender alienar suas ações ou parte delas, deverá comunicar os demais acionistas, por carta registrada com aviso de recebimento, sua intenção, transmitindo-lhe as informações referentes a quantidade de ações, preço e condições de pagamento; c) os demais acionistas terão 60 (sessenta) dias de prazo, a contar do recebimento da carta mencionada na letra "b" deste artigo, para manifestar, também por carta com aviso de recebimento, seu interesse na aquisição das ações postas à venda; d) no caso de um ou mais acionistas não pretenderem exercer o seu direito de preferência, tal direito será dos demais acionistas, na proporção do capital de cada um; e) se os acionistas não se interessarem pela aquisição das ações terá ele o direito de transferi-las a um terceiro. Art. 8º. - Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, sendo de 60 (sessenta) dias o prazo para o exercício desse direito, contados da data da assembleia que o deliberou. **Parágrafo Único** - Havendo desistência expressa, ou decurso do prazo referido no caput deste artigo, a preferência para subscrição das ações correspondentes será transferida aos demais acionistas, observada a proporcionalidade do capital subscrito. Art. 9º. A companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento. Art. 10. Enquanto não estiver totalmente integralizado o capital subscrito da companhia, a responsabilidade dos acionistas fica limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, conforme preceitua o artigo 1º da Lei 6.404/76. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade:** Art. 11. A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, assim designados: Diretor Presidente e Diretor Financeiro, que serão eleitos pela Assembleia Geral, para um período de 03 (três) anos e cujos mandatos terminarão sempre na assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício da sua gestão. § 1º. Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado e assinado pelo respectivo diretor no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria" independentemente de qualquer caução, ou garantia de sua gestão. § 2º. Os Diretores poderão perceber remuneração, a título de pró-labore, o qual será fixado anualmente pela assembleia geral ordinária, considerando a responsabilidade e o tempo exigido pelo cargo, competência e reputação do profissional eleito. § 3º. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor será escolhido, dentre os remanescentes, um para assumir temporariamente as atribuições do Diretor ausente. § 4º. Ocorrendo renúncia, morte ou incapacidade superveniente de qualquer diretor, será convocada imediatamente uma assembleia geral extraordinária, cabendo a esta prover o cargo. Art. 12. À Diretoria caberá a prática dos atos próprios de gestão, desde que destinados ao funcionamento regular da sociedade e ao cumprimento de seu objeto social, em estrita obediência aos deveres e funções contemplados na lei e no Estatuto Social. § 1º. Os atos próprios da sociedade, e não restritos ao setor específico de cada Diretoria, que acarretarem responsabilidade para a sociedade, dependem da assinatura de dois diretores, sendo um deles o Diretor Presidente. § 2º. As deliberações da Diretoria e os atos dos

JUL 59
21 02 25

respectivos diretores obrigam a sociedade quando praticados no exercício das funções estatutárias e em concordância com a lei. § 3º. Respondem os diretores pessoalmente pelos atos praticados com exorbitância de poderes, ou contrariamente à lei e aos interesses da sociedade, ou com má-fé. § 4º. A diretoria se reunirá todas as vezes que for necessário ou conveniente, lavrando-se atas de suas deliberações no livro competente. Art. 13. A representação ativa e passiva da sociedade, nos atos de gestão ordinária dos negócios sociais, será exercida em conjunto pelo Diretor Presidente e mais um diretor. § 1º. A diretoria poderá constituir procuradores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto o judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Os instrumentos de mandato outorgados pela sociedade serão sempre assinados pelos dois membros da diretoria, sendo um deles o Diretor Presidente. Art. 14. Ao Diretor Presidente compete os poderes e atribuições fixados por este Estatuto e pela lei, especialmente: a) definir os planos gerais da política administrativa e financeira da sociedade; b) convocar e presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria. c) ordenar o levantamento de balancete mensal, e com base neste, deliberar com os demais diretores sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, tudo dentro do limite legal; d) firmar as cautelas de debêntures, quando emitidas; e) alienar, onerar ou hipotecar, gravar ou dar em garantia bens sociais; Art. 15. Ao Diretor Presidente compete praticar os mesmos atos do Diretor Financeiro quando este estiver ocasional, eventualmente ausente ou impedido, ou ainda, quando comunicar que se ausentará e, efetivamente, ausentar-se por um período não ocasional ou eventual, onde nestes casos deverá, no comunicado, convocar o Diretor Presidente para assumir o seu cargo e ainda: a) definir e implementar a política comercial da companhia; b) a representação geral da sociedade, em juízo ou fora dele e em suas relações com terceiros, observadas as normas deste Estatuto e a legislação pertinente; c) manter-se permanentemente informado sobre o mercado para os produtos da companhia (empresa) e sua tendência; d) acompanhar as práticas da concorrência a fim de estabelecer bases para sua política comercial; e) receber citação ou intimação em processos judiciais ou procedimentos administrativos; f) admitir e demitir funcionários; g) emissão de ações da companhia. Art. 16. Compete ao Diretor Presidente assinando em conjunto com outro Diretor: a) firmar contratos de financiamento com entidades bancárias e de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade até o limite de R\$30.000,00 (trinta mil reais); b) endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia; c) constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula adjudicia e et extra, bem como os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação; d) firmar compromissos e contratos, inclusive os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços; e) elaboração de Termos de Securitização, e a respectiva prestação de informações aos órgãos competentes; f) assinar atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, compra e venda de ações e quotas até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); g) firmar correspondência, guias para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a Repartições e Autarquias Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bancos e instituições, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais ou procedimentos administrativos de qualquer natureza; h) abrir, movimentar ou encerrar contas-corrente junto às instituições financeiras, públicas ou privadas, emitir e endossar cheques, notas promissórias, ou títulos de crédito, descontar duplicatas, cheque ou

JUCESP
21 DE 25

títulos; i) ordenar pagamentos, requerer saldos, extratos, talões de cheques, autorizar ou ordenar aplicações financeiras, ordenar títulos de créditos para protesto, autorizar débitos em contas bancárias; j) representar a **companhia** (empresa) perante empresas de fornecimento de água, luz, telefone, bem como em reuniões de condomínio e sindicatos; k) ordenar títulos de créditos para protesto; l) assinar cartas de anuência para cancelamentos de protestos; m) receber valores e dar quitações; n) assinar todos e quaisquer documentos, públicos ou particulares. **Art. 17.** É vedado aos diretores dar fianças ou avais em nome da sociedade e em nome próprio, de modo a favorecer terceiros, em negócios que lhe sejam alheios. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal:** **Art. 18.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, os quais exercerão seus cargos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após sua eleição, podendo ser reeleitos. **Art. 19.** O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente funcionará quando a Assembleia Geral Ordinária assim decidir, ou a pedido dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 161 da Lei nº 6.404/76. **Art. 20.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere, além das atribuições que eventualmente forem estabelecidas pela Assembleia Geral. **Art. 21.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal não farão jus à remuneração no período em que for instalado, e estejam no efetivo exercício da função. **Art. 22.** No impedimento de qualquer dos membros efetivos do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente mais votado e em caso de empate, pelo mais idoso. **Capítulo V - Da Assembleia Geral:** **Art. 23.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras; discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; e eleger membros da Diretoria, quando for o caso. **Art. 24.** A Assembleia Geral será extraordinariamente instalada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Art. 25.** A Assembleia Geral será instalada por convocação do Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Diretor, e será dirigida por um Presidente aclamado entre os presentes, o qual escolherá o Secretário. **Art. 26.** As resoluções da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a Lei exigir maioria qualificada. **Art. 27.** A convocação da Assembleia Geral será feita na forma prevista no art. 294 inciso I da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VI - Do Exercício Social e dos Resultados:** **Art. 28.** O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando no dia 31 do mês de dezembro de cada ano. **Art. 29.** Ao fim de cada exercício social, serão elaborados, com base na escrituração mercantil da sociedade, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos. § 1º. A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, bem como juros sobre capital próprio. § 2º. A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral. **Art. 30.** Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e

JUCESP
21 02 25

a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido. **Parágrafo Único** - O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas neste **Estatuto** e em lei, será distribuído da seguinte forma: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, bem como poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas do capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social; **b)** 5% (cinco por cento) no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, pagável no prazo de 60 (**sessenta**) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da **Assembleia Geral**, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado; **c)** o saldo ficará a disposição da Assembleia Geral, convocada para decidir sobre a sua respectiva destinação. **Parágrafo Único** - Não havendo oposição de qualquer acionista presente à **Assembleia Geral**, pode esta deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro apurado. **Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade: Art. 31.** A liquidação, dissolução e extinção da sociedade se procederá em obediência aos termos da lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **§ 1º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **§ 2º.** O liquidante poderá ser destituído por Assembleia Geral a qualquer tempo. **§ 3º.** A Assembleia Geral poderá solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Capítulo VIII - Disposições Gerais e Transitórias: Art. 32.** - As questões omissas nos Estatutos serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76 e demais legislações em vigor. E, depois de tudo lido, compreendido e aceito, conforme se verifica na Ata de constituição que faz parte integrante deste estatuto, os acionistas fundadores, acompanhados do advogado e das testemunhas, firmam o presente instrumento em **quatro vias**, de igual teor e forma. Araras - SP, 04 de Dezembro de 2024.

É por estarem justos e contratados, firmam o presente em 04 (Quatro) vias de igual teor.

Araras - SP, 04 Dezembro de 2024.

PIETRO
CABRINI:46824
140899

Assinado digitalmente por PIETRO CABRINI:46824140899
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=4422100000197, OU=presencial, CN=PIETRO CABRINI:46824140899
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.17 17:53:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

PIETRO CABRINI

DANILO
BOVO:4158359
9886

Assinado digitalmente por DANILO BOVO:41583599886
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=4422100000197, OU=presencial, CN=DANILO BOVO:41583599886
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.17 17:52:45-03'30'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

DANILO BOVO

RAFAEL HENRIQUE
DE OLIVEIRA

Assinado de forma digital por RAFAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA
Dados: 2025.02.17 15:19:45-03'00'

Rafael Henrique de Oliveira
OAB/SP 223.172

